**Crise do Escravismo, A**

**A crise do escravismo e a transição do trabalho assalariado**

Quando do fim da segunda década do século XIX, um pouco mais da metade da população brasileira era composta de escravos. Contudo, já no fim do Império, a situação já mudara, pois novos grupos sociais formavam-se, provocando mudanças na economia e política.

Em 1850, o governo brasileiro fez cumprir uma lei promulgada por ele próprio, mas sob forte pressão do governo inglês, proibindo o tráfico negreiro no país. Com a carência de mão-de-obra escrava os fazendeiros do café passaram a substituir o trabalho do cativo pelo trabalho livre, assalariado, geralmente imigrantes. Estes podiam criar animais e fazer pequenas roças nos quintais das casas onde moravam, dentro das próprias fazendas. Mesmo com baixos salários, alguns deles chegaram a melhorar de vida, juntar algum dinheiro e comprar terras ou mudar para São Paulo, onde abriram lojas ou pequenas fábricas.

Quanto a escravidão, aos poucos a campanha abolicionista começou a ganhar terreno. Jornalistas políticos e escritores uniram-se na luta para a libertação dos escravos. Até mesmo as pessoas mais humildes (os maquinistas dos trens que cruzavam as fazendas paulista, por exemplo, diminuíam a marcha para ajudar os escravos a pularam no trem, escondendo-se entre as mercadorias até chegaram a Santos, de onde iam para o Quilombo de Jabaraquara) já eram favoráveis à libertação dos negros. Até mesmo os fazendeiros, especialmente aqueles que não tinham mais escravos, ficaram a favor do movimento abolicionista, pois, com o fim do tráfico, os paulistas compravam cativos do Nordeste, em face a decadência dos senhores de engenho. Contudo, o dinheiro que se pagava por um escrava, nessas condições, daria para pagar dez anos de salário a um trabalhador livre. E o escravo, na maior parte das vezes, não aguentava mais que dez anos de trabalho.

Apesar da escravidão ser um regime condenado ao desaparecimento, os seus defensores conseguiram sustentá-la por muito tempo, extinguindo-a de forma lenta e gradual, de maneira que beneficiasse os proprietários dos escravos. Até mesmo as leis que foram promulgadas, embora com o propósito de beneficiar os escravos, na verdade favoreciam aos seus donos. A "Lei do Ventre Livre", promulgada em 1871 e que declarava livre todos os filhos de escravos nascidos no Brasil a partir daquela data, condicionava que o filho do escravo continuaria propriedade do senhor até os 21 anos de idade. Já a Lei dos Sexagenários, que declarou livre os escravos com mais de 65 anos, foi 'um presente caído do céu" nas mãos dos escravocratas, pois libertava os donos da obrigação de alimentar os raros negros velhos que conseguiam sobrevier a rude e desumana exploração do seu trabalho.

Diante de leis cujos efeitos não eram ineficazes para acabar com a escravidão, e vendo também que os proprietários de escravos só ganhavam tempo para que a escravidão não fosse extinta, o governo ficou sem maiores opções. O Exército recusava-se a ajudar a prender escravos que fugiam das fazendas em todo o país, sem contar que se sucediam as manifestações de rua a favor do fim da escravidão. Para não perder a monarquia, o governo promulgou a Lei Áurea em 1888. Contudo, como eram os escravocratas que sustentam a monarquia, a Abolição foi também o fim do Império.